

MP de Jaú quer vistoria na Lagoa Preta

BIANCA ZANIRATTO

A Promotoria de Meio Ambiente de Jaú solicitou que o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) vistorie a Lagoa Preta, localizada no Distrito de Potunduva. No local, a empresa Extratora do Vale se comprometeu em 2004 a plantar 10 mil mudas de árvores como compensação ambiental relativa à atividade de extração de argila do Rio Tietê. A empresa afirma que o acordo foi cumprido.

O Comércio esteve na lagoa na manhã de ontem e constatou que há árvores no entorno. No entanto, o mato alto domina boa parte do perímetro. Havia pescadores no local. A área é usada como opção de lazer para moradores do distrito.

O promotor Jorge João Marques de Oliveira quer saber quem é o proprietário do imóvel onde se situa a

lagoa, as medidas da área, o tamanho da Área de Preservação Permanente (APP) e quantas árvores devem ser plantadas para o completo reflorestamento do local.

Na época do plantio das mudas feito pela Extratora do Vale, uma das dificuldades foi conseguir a autorização dos proprietários, pois a área onde se situa a lagoa é de cinco pessoas.

Mesmo assim, o advogado Antonio Sérgio Perassoli, representante da empresa, afirma que o acordo foi cumprido. "Todo o termo de ajustamento foi feito. Plantamos 17 mil mudas e as árvores estão em boas condições. O aparecimento de mato é natural." Em relação à limpeza da área, Perassoli diz que é feita periodicamente.

Lazer

O secretário de Meio Ambiente de Jaú, Jessé Prado Lyra, também cita a dificuldade de negociação

com os proprietários como principal entrave para a não concretização de projeto municipal na Lagoa Preta. "Queríamos fazer um deck, melhorar a área de lazer."

Em relação ao reflorestamento do entorno, Prado Lyra afirma que "não vingou muita coisa". A Prefeitura não tem previsão de plantar árvores no local.

O ofício da promotoria foi expedido dia 17 de janeiro, mas o Comércio entrou em contato com o DEPRN e o atendente da seção técnica não soube responder se o documento deu entrada no órgão.

A Extratora do Vale retira argila há décadas do Rio Tietê, mas desde o final dos anos 90, com a lei de crimes ambientais, a obtenção da licença se tornou mais rígida, sendo necessária a autorização de diversos órgãos ambientais e a promoção de compensação ambiental por parte da empresa para realização da atividade.

Promotoria pede informações sobre estação permanente em Jaú

BIANCA ZANIRATTO

O promotor de Justiça de Meio Ambiente de Jaú, Jorge João Marques de Oliveira, oficiou a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) para que informe sobre a estação fixa de monitoramento da qualidade do ar. O equipamento instalado em outubro do ano passado na sede do 27º Batalhão da Polícia Militar mede apenas a quantidade de ozônio presente no ar.

Além disso, os dados da estação de Jaú não consta-

vam no site da agência ambiental (www.cetesb.sp.gov.br) na manhã de ontem. No final da tarde, porém, a medição referente ao Município indicava qualidade do ar boa, ou seja, praticamente não há riscos à saúde.

O gerente da Cetesb em Bauru, Alcides Tadeu Braga, informa que a estação definitiva destinada a Jaú, importada da Itália, aguarda transporte no porto de Santos. "Depois deverão ser feitos testes de calibramento e comunicação, assim como atualização do sistema central em São Paulo para trans-

missão dos dados", diz Braga. Não há previsão, porém, da vinda do equipamento para o Município.

O Ministério Público move ação civil pública contra a Cetesb desde 2005. O objetivo é que haja acompanhamento permanente da qualidade do ar, principalmente durante a safra da cana, entre os meses de abril a dezembro. Nesse período, caso os níveis de poluentes estejam acima do tolerável, o MP pode pedir a suspensão temporária das queimadas, até que a qualidade do ar retorne aos padrões aceitáveis.